

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.251 - GO (2018/0314550-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**EMBARGADO : RICHARD DOUGLAS GONCALVES PIRES**  
**ADVOGADO : SILVIO HIDEKI NISHI E OUTRO(S) - GO019882**  
**EMBARGADO : DANIEL RESENDE ALMEIDA MORAIS**  
**EMBARGADO : WELLINGTON VIANA**  
**EMBARGADO : JAELOSON CAMPOS DA CONCEICAO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA SUFICIENTEMENTE DECIDIDA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a sanar ambiguidade, suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado, o que não ocorreu na hipótese.

2. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos declaratórios.

3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de março de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora